

EXAMES DO ENSINO SECUNDÁRIO / 2024

INFORMAÇÕES PARA OS ALUNOS e ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

PARTE I – REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1. Convocatória dos alunos

As Pautas de Chamada são afixadas na escola. Todos os alunos devem verificar o **dia**, a **hora** e o **número da sala** em que vão realizar o exame, assim como conferir se o seu **nome** está correto.

Os alunos devem estar no estabelecimento de ensino **30 minutos** antes da hora marcada para o início da prova. A chamada faz-se **25 minutos** antes da hora marcada para o início da prova, junto da porta da sala e pela ordem constante nas pautas. Durante a chamada, os professores vigilantes solicitam aos alunos que efetuem uma auto verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuem o material necessário à realização da prova e que não possuem qualquer material ou equipamento não autorizado, em particular qualquer sistema de comunicação móvel (ver **chamada de atenção**). Após entrarem na sala, ocupam os lugares com o nº da pauta de chamada, deixando vagos os lugares dos alunos que estejam a faltar.

ATENÇÃO: Após a hora de início do tempo regulamentar da prova, não é permitida a entrada dos alunos.

CHAMADA DE ATENÇÃO

*Para a realização das provas de exame os alunos **não podem ter junto de si** quaisquer suportes escritos não autorizados (exemplo: livros, cadernos, folhas), nem quaisquer sistemas de comunicação móvel, **em particular telemóveis, relógios com comunicação wireless (smartwatch), bips, etc..** ou outros aparelhos de vídeo e/ou áudio. Antes do início das provas e exames, os alunos devem efetuar uma auto verificação cuidada a fim de se assegurarem de que não trazem material/equipamento não autorizado e ainda assinar, já nos respetivos lugares, o Modelo 05/JNE, confirmando que efetuaram a verificação referida. Qualquer telemóvel, relógio ou outro meio de comunicação wireless ou móvel que venha ser detetado na sua posse, **quer esteja ligado ou desligado**, implica a anulação da prova.*

2. Identificação dos alunos

Os estudantes não podem prestar provas sem serem portadores do seu **Cartão do Cidadão** ou de documento legal, que o substitua, desde que contenha fotografia. O Cartão de Cidadão ou o documento de substituição deve estar em condições que não suscitem dúvidas na identificação do aluno (**não são aceites recibos de pedidos de entrega dos cartões**).

Os estudantes que se apresentarem com total falta de documentos de identificação podem realizar a prova, devendo no final da mesma passar pelo Secretariado de Exames, acompanhados por duas testemunhas, para se

elaborar um auto de identificação do estudante. O auto é assinado pelo coordenador do Secretariado de Exames, pelas testemunhas e pelo aluno.

Se o aluno for menor, a situação será comunicada de imediato ao encarregado de educação, o qual toma conhecimento da ocorrência e, mediante agendamento, dirige-se à escola para assinar o respetivo auto.

3. Preenchimento do cabeçalho do papel de prova

Nota- Depois de atribuídos os lugares aos alunos, são distribuídas as folhas de resposta.

Aos alunos não é permitido escrever nas folhas de resposta antes da distribuição dos enunciados, à exceção do preenchimento do cabeçalho.

No cabeçalho das folhas de resposta, o estudante deve inscrever:

a) na parte destacável:

- O seu nome completo, de forma legível e **sem abreviaturas**;
- O número do cartão do Cartão de Cidadão;
- Assinatura, conforme o Cartão de Cidadão;
- A designação e código da prova que se encontra a realizar – ex: Matemática A, código 635;
- Ano de escolaridade e a fase em que realiza a prova;

b) na parte fixa:

- Novamente, o nome e código da prova que se encontra a realizar;
- Ano de escolaridade e a fase respetiva;
- **O número de páginas utilizadas** na realização da prova, quando esta terminar;
- **Versão 1 ou 2**, no caso das provas do quadro seguinte, conforme enunciado distribuído:

Biologia e Geologia – 11.º ano 702

Economia A – 11.º ano 712

Filosofia – 11.º ano..... 714

Física e Química A – 11.ºano..... 715

Geografia A – 11.º ano..... 719

História B – 11.º Ano 723

História A – 12.º Ano 623

Português – 12.º ano 639

- **No final da prova, o número de páginas utilizadas na sua realização.**

NOTA: Caso haja rasura no preenchimento do que é referido nos itens anteriores, especialmente nas situações em que o aluno já tenha registado respostas a questões da prova, **a folha não deverá ser substituída**, sendo a

alteração registada de modo legível. Esta alteração deve também ser claramente identificada no reverso da parte destacável do cabeçalho, sendo neste local escrita a menção “: Rasurei, devendo ler-se.....,” e depois apostas as assinaturas de, pelo menos, um professor vigilante e do aluno.

ATENÇÃO: Se não for indicada a versão (versão 1 ou versão 2) são cotadas com 0 (zero) pontos todas as respostas aos itens de seleção.

4. Advertências aos alunos

- a) Os estudantes **só podem escrever o seu nome na parte destacável** da folha de resposta, como é referido no ponto 3;
- b) Não podem escrever comentários despropositados, descontextualizados, nem mesmo invocar matéria não lecionada ou outra particularidade da sua situação escolar;
- c) Só podem usar caneta/esferográfica de tinta azul ou preta que não se apague;
- d) Não podem utilizar fita ou tinta corretora para correção de qualquer resposta. Em caso de engano devem riscar; podem riscar respostas (ou partes de respostas) que não queiram ver classificadas, sem necessidade de substituírem a folha de prova;
- e) **Não é permitida a partilha de material durante a realização da prova e exame;**
- f) **Não é permitido escrever nas margens da prova nem nos campos destinados às cotações;**
- g) Nos exames de Matemática A e Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais, a utilização do lápis só é permitida nos itens que envolvem construções que impliquem a utilização de material de desenho, devendo o resultado final ser apresentado a tinta;
- h) As provas ou parte de provas realizadas a lápis, sem indicação expressa, não são consideradas para classificação;
- i) Devem utilizar a **Língua Portuguesa** para responder às questões das provas de exame. Excetuam-se, obviamente, os exames das disciplinas de Língua Estrangeira;
- j) O **uso de dicionário** para interpretação do enunciado ou apoio da resposta não é permitido, salvo nas situações especiais previstas;
- k) Não é permitido abandonar a sala antes de terminado o tempo regulamentar da prova;
- l) Os alunos que pretendam usufruir da tolerância só podem abandonar a sala no final da mesma;
- m) Não é permitida a ingestão de alimentos, à exceção de água, durante a realização de provas e exames.

5. Substituição das folhas de resposta

Os alunos que precisem de mais folhas de resposta devem solicitá-lo aos professores responsáveis pela vigilância. As folhas de prova não deverão ser, por princípio, substituídas. Em caso de força maior que possa

implicar a transcrição de alguma folha de prova, por exemplo, mancha ou rasgão significativos, deve o facto, de imediato, ser comunicado ao secretariado de exames, sendo os itens transcritos para nova folha, **após o final da prova**.

As folhas inutilizadas provenientes das situações descritas são entregues no secretariado de exames, conjuntamente com as provas recolhidas, não seguindo, em caso algum, para classificação, ficando arquivadas na escola.

6. Desistência / Abandono não autorizado da sala

Em caso de desistência, não deve ser escrita qualquer declaração formal de desistência. O aluno não pode abandonar a sala antes do final do tempo de duração da prova. A prova é enviada ao agrupamento do JNE, para classificação, ainda que tenha só os cabeçalhos preenchidos.

Se, apesar de advertido em contrário, algum estudante abandonar a sala antes do fim do tempo regulamentar, os professores responsáveis pela vigilância, através do secretariado, devem comunicar imediatamente o facto ao Diretor, o qual tomará as providências adequadas para impedir a divulgação da prova, não permitindo, nomeadamente, que o aluno leve consigo o enunciado, a folha de resposta e o papel de rascunho e assegurando que em caso algum volte a entrar na sala de exame. Nesta situação, a prova é anulada pelo Diretor, ficando arquivada na escola, para eventuais averiguações.

7. Irregularidades e Fraudes

A ocorrência de quaisquer situações anómalas durante a realização da prova deve ser comunicada de imediato ao Diretor, que decide o procedimento a adotar, devendo ser posteriormente elaborado relatório do acontecido para comunicação ao JNE, através do responsável do Agrupamento de Exames.

A indicação, no papel de prova, de elementos suscetíveis de identificarem o examinando implica a anulação da prova pelo JNE; a utilização de expressões despropositadas ou desrespeitosas no papel da prova de exame pode implicar a anulação da mesma.

Aos professores vigilantes compete suspender imediatamente as provas dos examinandos e de eventuais cúmplices que no decurso da realização da prova de exame cometam ou tentem cometer inequivocamente qualquer fraude, não podendo esses examinandos abandonar a sala até ao fim do tempo de duração da prova. A situação referida no número anterior deve ser imediatamente comunicada ao Diretor a quem compete a anulação da prova, quer se trate de exame nacional ou prova de equivalência à frequência.

8. Material específico autorizado

As folhas de resposta a utilizar nos exames finais nacionais e nas provas de equivalência à frequência do ensino secundário são de modelo próprio da EMECI, sendo quadriculadas nas provas de Matemática A (635), Matemática B (735) e MACS (835). O papel de rascunho (formato A4) é fornecido pela escola.

Durante a realização das provas de exame, os estudantes apenas podem usar o material autorizado nas Informações-Prova, emitidas pelo IAVE, devendo cada aluno, na sala de exame, utilizar apenas o seu material https://iave.pt/wp-content/uploads/2023/10/IP-Geral-2024_net.pdf

Relativamente às **máquinas de calcular** deve ter-se em atenção o seguinte:

- a) No exame final nacional de Economia A (712) só podem ser utilizadas calculadoras não alfanuméricas e não programáveis que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular 49464/2023/DGE-DSDC-DES, ou seja, apenas calculadoras não alfanuméricas e não programáveis, que se caracterizam por não terem visível no teclado todo o abecedário inscrito, possuindo apenas teclas com algumas letras que permitem ter acesso a memórias numéricas que funcionam como constantes.
- b) No exame final nacional de Física e Química A (715), os alunos deverão ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade modo de exame (Cf. ofício-circular S-DGE/2017/3040 de 11 de setembro e Ofício Circular 49464/2023/DGE-DSDC-DES);
- c) Nos exames finais nacionais de Matemática A (635), Matemática B (735), Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835), os alunos deverão ser portadores de calculadoras gráficas com a funcionalidade modo de exame (Cf. Ofício Circular 49464/2023/DGE-DSDC-DES);
- d) Só são autorizadas as calculadoras que respeitem as características técnicas previstas no ofício-circular 49464/2023/DGE-DSDC-DES. As calculadoras para estes exames não devem ter ativado o modo de exame. O modo exame tem que ser ativado na sala de exame, na presença do professor coadjuvante.

Atenção: Os estudantes só podem levar para a sala de exame uma única calculadora, que respeite as características técnicas previstas.

9. Exames de línguas Estrangeiras

- a) Para além da componente escrita, os exames nacionais de línguas estrangeiras e de PLNМ são constituídos por uma componente de avaliação da produção e interação orais
- b) Os exames finais nacionais de língua estrangeira 501, 517, 547, 550, 847 e 848, são constituídos por componente escrita, que inclui a compreensão do oral avaliada nos primeiros 20 minutos, com duração de 105 minutos, e por componente interação e produção orais com duração máxima de 15 minutos.
- c) A componente oral é realizada preferencialmente em grupos de dois alunos, podendo, em casos pontuais e caso haja necessidade, ser realizada individualmente ou em grupos de três. Na impossibilidade da realização presencial da componente oral por motivos diversos dos intervenientes no processo, é permitido o recurso a meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência, ou outro meio digital, de forma a permitir a realização da mesma.

- d) Os júris da componente oral são constituídos por três professores, em que pelo menos dois deles têm habilitação para a docência da disciplina em avaliação, e nenhum deles é professor do aluno.
- e) A avaliação da componente oral é calendarizada a nível regional e tem a duração máxima de 15 minutos, independentemente do número de alunos que interagem em cada oral.
- f) Os alunos **apresentam-se 20 min antes do início da sessão** junto da sala de espera.
- g) A **chamada dos alunos é efetuada** na(s) sala(s) de espera, **15 min antes do início de cada sessão de avaliação**, pelo elemento do secretariado de exames.
- h) Os alunos deverão aguardar na sala de espera até que sejam chamados pelo elemento do secretariado de exames, que os acompanhará à sala de realização da componente oral, assinando a sua presença em documento próprio.
- i) A escolha dos pares de alunos deverá ser feita pela ordem da pauta de chamada, devendo os alunos ser informados de que irão realizar a componente oral em pares ou trio, implicando atividades de interação com o(s) colega(s).
- j) No caso de algum aluno faltar, deve ser substituído pelo aluno seguinte na ordem da pauta de chamada.
- k) A divulgação das classificações da componente oral apenas pode ser efetuada na data prevista para a afixação das pautas.

Realização da componente de produção e interação orais com recurso a videoconferência

- l) Em situações devidamente justificadas, o júri pode realizar a componente oral a distância com recurso à videoconferência.
- m) Os alunos deverão apresentar-se na sua escola para a realização da componente oral com recurso à videoconferência ou, em casos devidamente justificados, apresentam-se na escola de acolhimento.

PARTE II – REAPRECIAÇÃO / RECLAMAÇÃO

Após a afixação das pautas com as classificações finais, há a possibilidade de o aluno fazer o pedido de Reapreciação das Provas e Exames.

O Processo de reapreciação vai ser realizado através da plataforma eletrónica **Reapreciação de Provas e Exames (RPE)**, com exceção dos exames de Desenho (706) e Geometria Descritiva A (708).

É admitida a reapreciação dos exames finais nacionais, provas de equivalência à frequência e provas a nível de escola de cuja resolução haja registo escrito em suporte papel, suporte digital ou produção de trabalho bidimensional ou tridimensional.

Quando a prova, para além da resolução escrita, incluir a observação do desempenho de outras competências, nomeadamente componente prática ou componente de produção e interação orais, só é passível de reapreciação a parte escrita.

No processo de reapreciação há a considerar duas fases distintas:

- a) **A consulta das provas**, que se destina a permitir que o aluno possa conhecer a classificação que foi atribuída a cada questão da prova;
 - a.1.) O requerimento para consulta da prova (Modelo 09/JNE) em formato pdf editável, disponibilizado nas páginas eletrónicas das escolas, deve ser descarregado, preenchido pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, e dirigido ao diretor da escola.
 - a.2.) **O requerimento é enviado/apresentado, no próprio dia e no dia útil seguinte ao da publicação da respetiva classificação.**
- b) **A reapreciação** propriamente dita, que tem início quando o aluno, após a consulta da prova, entende que existem motivos para solicitar a reapreciação e prossegue com o respetivo processo.
 - b.1.)** Nesse caso, apresenta, **nos dois dias úteis seguintes ao prazo mencionado para consulta da prova**, o requerimento de reapreciação, através do Modelo 11/JNE, dirigido ao Presidente do JNE, preferencialmente preenchido em formato digital, (disponível em <https://www.dge.mec.pt/modelos>) impresso e assinado, acompanhado de alegação justificativa (Modelo 11-A/JNE), a qual descreve os motivos que justificam o pedido. O requerimento é validado mediante assinatura formalizada presencialmente e respetivo pagamento.
 - b.2.)** Quando a alegação não for redigida no Modelo 11-A/JNE, deve ser anexada ao referido modelo, o qual serve de folha de rosto.
 - b.3.)** Se a reapreciação incidir exclusivamente sobre **erro na soma das cotações e/ ou erro na atribuição da classificação aos itens de seleção**, o requerente deve apresentar o Modelo 10/JNE devidamente preenchido, não havendo neste caso lugar a alegação nem sendo devido o depósito de qualquer quantia.

A classificação que resultar do processo de reapreciação é aquela que passa a ser considerada para todos os efeitos, ainda que inferior à inicial. A reapreciação incide sobre todos os itens da prova e não apenas sobre aqueles em que o aluno discorda da classificação das respostas. A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da classificação da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum, a reprovação do aluno quando este já tiver sido aprovado com base na classificação inicial, **caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação.**

Do resultado da reapreciação pode ainda haver reclamação a dirigir ao Presidente do JNE, mediante requerimento a apresentar pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, no prazo de dois dias úteis a contar da data da afixação dos resultados, na escola onde foi realizado o exame. A reclamação deve refutar os argumentos apresentados pelo professor relator, constituindo apenas fundamento desta a discordância na aplicação dos critérios de classificação das provas ou a existência de vício processual.

Cinfaes, 27 de maio de 2024

O Diretor,

Avelino Evaristo Cardoso